

- LXII -**PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO NO BRASIL: CONSENSOS E CONTRADIÇÕES**

Maria Juliana Chaves de Sousa
PPGE/UEFS – BRASIL
mariajulianachaves@gmail.com

Maria Santana de Araujo
PPGE/UEFS – BRASIL
mariaclio@hotmail.com

Introdução

As interpretações sobre planejamento educacional no Brasil são diversas, refletindo as tensões e disputas em torno das perspectivas epistemológicas da educação. Da memória dessa tensão emergem práticas contraditórias de resistência à burocracia estatal, com grande efeito sobre as propostas de construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP). Nesse cenário a problematização do caráter regulador do Estado emerge como um desafio central, sobretudo em vista do risco de compreensão do PPP como vetor de subsunção da escola à inovação burocrática, limitada ao horizonte da política de avaliação e, respectivamente, à lógica que reduz os indicadores educacionais a um fim em si mesmo.

Metodologia

Foram analisados cinco PPPs de escolas públicas municipais, sendo três integrantes do sistema municipal de Poções, e duas de Feira de Santana. A sistematização ancorou-se na análise de conteúdo proposta por Bardin (1970).

Nossa discussão baseia-se nas abordagens de concepção marxista gramsciana, as quais segundo estudos de Neves (2005) apontam essas reformas como parte de um projeto de sociedade capitalista em crise, que necessita de novos métodos para obtenção de consenso, por meio da chamada pedagogia da hegemonia, cujo propósito maior é firmar o projeto neoliberal na sociedade.

O desafio do cruzamento de dados nos levou a privilegiar nossa atenção à missão, aos objetivos, e à gestão de cada escola, a fim de analisarmos os elementos que apontam o melhor caminho para que os objetivos comuns sejam atingidos.

Resultados e discussão

As cinco escolas campo envolvidas na pesquisa estão localizadas em regiões econômicas distantes geograficamente e possuem características econômicas bem específicas. O município de Poções dista da capital 480 Km, tem população de 44.701 habitantes, com alta concentração na zona urbana. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) corresponde a 0,604 e as atividades econômicas baseiam-se na agricultura, principalmente no cultivo de banana e café (IBGE, 2010). Feira de Santana localizada a 110 km da capital, tem uma população de 556.642, mais de 90% vive na zona urbana. O IDH do município corresponde a 0,712 e as atividades econômicas de maior destaque são o comércio, a indústria e os serviços. (IBGE, 2010)

As Unidades de Ensino de Poções ofertam, prioritariamente, o Ensino Fundamental I, enquanto as Unidades de Feira de Santana oferecem o Ensino Fundamental I e II. Os corpos docente e gestor apresentam graduação em nível superior e a gestão é ocupada por via de eleição direta, em nome de uma perspectiva democrática e participativa. Para efeito da pesquisa as cinco escolas envolvidas foram identificadas por letras, sendo as três de Poções, as instituições A, B e C e as de Feira de Santana D e F.

Os PPPs das Escolas A, B e C contém: identificação, níveis e modalidades de ensino, número de turmas, alunos, docentes e funcionários e a relação de recursos físicos, humanos e materiais. As Missões das instituições defendem formação de homens livres, críticos autônomos, cidadãos, oportunidades de condições de aprendizagem. Os objetivos giram em torno da redução dos índices de reprovação, e construção de conhecimentos e habilidades. Aparentemente rompem com as visões burocráticas tradicionais e se associam às teorias progressistas.

As Escolas D e F guardam algumas diferenças. A escola D privilegiou o diagnóstico das condições físicas, a estrutura organizacional e a fundamentação teórica com definições de “aluno”, “concepção de sociedade, homem e educação”, “princípios para educação”. Acerca da missão: ser referência em educação em tempo integral, alicerçada numa gestão democrática. Observa-se preocupação com a realização coletiva das ações propostas com o intuito de colaborar com o processo de ruptura da exclusão e competição impostas pela sociedade capitalista, numa perspectiva transformadora. O PPP da escola F traduz uma preocupação com o trabalho coletivo, define como Missão uma educação de qualidade, de forma dinâmica, respeitando as individualidades e que assegurem o sucesso dos estudantes. A Visão foca no alto padrão de qualidade para que o estudante exerça plena cidadania. As escolas demonstram preocupação com o trabalho coletivo, trazem para as professoras, a responsabilidade relativa ao sucesso do planejamento.

Os PPPs dessas escolas, porém, indicam uma relação contraditória em relação a essas teorias, especialmente quando estabelecem as diretrizes operacionais e acabam por subordiná-las às políticas

de controle instituídas por meio das avaliações externas. Neste marco os planos das instituições, mesmo em municípios tão distantes, revelam grande aproximação, notadamente quanto ao alcance das metas de desempenho e a assimilação de uma visão de qualidade que não ultrapassa os limites formais da quantificação dos índices e a subsunção aos mesmos.

Nesse contexto, as políticas educacionais sob as bandeiras da eficiência e da produtividade, estabelecem como objetivo da educação atender as demandas mercadológicas e a qualidade da educação pauta-se em resultados das avaliações externas. Tais ações tornam-se fundamentais no delineamento das práticas tanto administrativas quanto pedagógicas que a escola é induzida a realizar. (SOUSA, 2014; FREITAS, 2016)

A implementação dessas ações se dá com um Estado cada vez mais diminuído no papel de executor, assumindo uma posição reguladora. No âmbito da descentralização das suas ações os vários setores da sociedade são exortados a ocupar a responsabilidade sobre a educação pública e órgãos colegiados foram criados com o intuito de fiscalização dos recursos financeiros, e de mediação entre gestão pública e sociedade, zelando para o funcionamento dos serviços públicos mais eficientes (AFONSO, 2014; PERONI, 2003).

Conclusões

A análise permitiu inferir que apesar da preocupação de elaboração coletiva, a linguagem e estrutura dos Projetos necessitam maior esclarecimento e coerências entre o sentido da educação, os objetivos e as ações propostas. Em alguns momentos a sociedade é uma sociedade de exclusão, capitalista, que marginaliza quem não domina determinadas ferramentas e a escola teria o papel de dotar o estudante dessas ferramentas. Em outros momentos há um clamor por transformação, por uma educação emancipadora, porém não há clareza como se faria a conciliação entre uma visão liberal de sociedade e uma prática emancipadora.

Em todas as escolas observa-se o uso de expressões que buscam indicar renovação nas visões de educação e sua adequação às supostas exigências da sociedade contemporânea. Nesse contexto, as políticas educacionais sob as bandeiras da eficiência e da produtividade, estabelecem como objetivo da educação atender as demandas mercadológicas e a qualidade da educação pauta-se em resultados das avaliações externas.

Referências

AFONSO, A. J. **Avaliação Educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1970.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 21 mai. 2017.

FREITAS, L. C. Três teses sobre as reformas empresariais na educação: perdendo a ingenuidade. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 36, n. 99, p. 137-153, mai-ago. 2016. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 18 dez. 2016.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 3. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007. 428 p.

PERONI, V. M. V. **Política educacional e papel do Estado**: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; SANT'ANNA, Ronaldo. **Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia**. Em: NEVES, Lúcia Maria Wanderley(Org.). A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005. 312 p.

SOUSA, S. M. Z. Concepções de qualidade da educação básica forjadas por meio de avaliações em larga escala. **Avaliação**, v. 19, n. 2, p. 407-420, 2014.